

FF

É UMA ASPIRAÇÃO NACIONAL, E UMA EXIGÊNCIA DA DEMOCRACIA,  
RESTAURAR A ESPERANÇA <sup>promove</sup> NO DESENVOLVIMENTO.

1. O MAD (Movimento para o Aprofundamento da Democracia) ao constituir-se, como movimento de intervenção cívica, acolheu como seus princípios fundamentais o enraizamento na realidade portuguesa, a qualidade ética da prática colectiva, o sentido do rigor e da inovação dos projectos e a determinação comum em contribuir para criar um país novo.

*+ vivo e directo* } É em concordância com esse propósito que entendemos dever trazer agora à reflexão da comunidade nacional, a necessidade de uma corresponsabilização democrática que nos faça trilhar caminhos diversos dos da resignação e do desalento que se vão instalando na consciência colectiva.

- As condições externas e internas da crise económica*
2. Mais de três meses após o início do exercício de funções do novo Executivo, vimos assistindo à adopção de soluções que mantêm e acentuam o quadro da situação económica e social anterior, de baixa do nível de vida de largas camadas da população, de agravamento do desemprego sobretudo de mulheres e jovens e de agravamento das carências sociais e da dependência externa.

A política em curso, adoptada na sequência do acordo com o FMI, vem prescrevendo o recurso a soluções de política financeira, que, na prática, consistem na redução dos salários e na baixa do poder de compra para combater a inflação, em vez do aumento do poder de compra para combater o desemprego. A ideia de toda esta política alinha-se pela opção (contraditória e conflitual ao nível das diversas nações) de facilitar o aumento das exportações, e do investimento estrangeiro, e a redução do consumo interno, com vista a resolver os desequilíbrios crescentes da balança de pagamentos e da dívida externa.

As soluções monetaristas adoptadas face à recessão colocam-nos, assim, à mercê do mercado externo, o que se agrava dada a dependência da frágil indústria portuguesa especializada na exportação, a qual incorpora por importação parte substancial dos componentes e das matérias primas (ex.: Textil).

O efeito negativo do crescimento tendo como base determinante a exportação requere, assim, a manutenção de baixos salários e altos lucros e a tolerância com as indústrias poluentes, o que acarreta a distorção do processo de desenvolvimento, no que se refere à satisfação das necessidades sociais básicas e à prosecução da melhoria do nível de vida, tornando a economia nacional extremamente vulnerável às oscilações do mercado internacional.

FF

X A armadilha da dívida externa, num período de recessão em que o individualismo e a dependência é generalizado, cria graves entraves ao exercício pleno da soberania e à adopção de soluções autónomas de desenvolvimento a nível nacional. Do mesmo modo, as

*mas existe!*



condições do comportamento fiscal, externamente condicionadas, têm primazia sobre metas sociais e políticas de desenvolvimento, incluindo o bem-estar elementar do povo. E, efeito ainda importante desta política de austeridade, salários e sindicatos são contidos, artificialmente, com medidas de desemprego e pelas pressões constantes e aparato de um poder estatal que vai "revelando" uma democracia crescentemente limitada.

3. As pretensas virtudes do mercado e da contenção vertem-se, entre nós, num modelo económico estruturalmente distorcido, cujos blocos industriais mais relevantes são o Textil, a química orgânica e o bloco minerometalúrgico, tardiamente desenvolvido, enquanto que o sector agroalimentar e energético manifestam uma alta e progressiva dependência.

Num país pobre, como o nosso, o cenário da redistribuição assenta, assim, numa progressiva redução dos consumos dos que já pouco consomem, o que implica uma regressão social em que o suporte dos sacrifícios cai sobre os que ainda mal chegaram ao limiar do desenvolvimento social. E onde os desequilíbrios sociais, e regionais, são agravados num ciclo de endividamento externo sem perspectivas, pautado pelas opções cinzentas do deve e haver.

A austeridade irmana-se com a produção da incerteza e da insegurança, como que divorciada da ideia que a pessoa humana tem que ser reconhecida como sujeito central da política e das opções económicas. Ora, só a diversificação das interajudas externas e a mobilização das nossas capacidades, a gestão equilibrada e rigorosa dos recursos e a adopção de um modelo autónomo de desenvolvimento, poderá recriar um novo espaço de futuro e esperança.

Porque a austeridade na pobreza é uma lenta agonia que só se evita se, imediatamente, for compensada com a revitalização económica que acelere a produtividade em sectores de sobrevivência fundamentais onde, desde já, dispomos das forças e recursos nacionais necessários. *Somos um povo de gente empreendedora como o azerbaijano, o refugiado de guerra e médias empresas, nascidas muitas vezes da capacidade de adaptação do país.*

Mal se compreende, aliás, que um país com grave défice de produção alimentar, com grave défice de preparação cultural (em 1981 o continente tinha 26,5% de analfabetos), com acentuados desequilíbrios industriais, adopte, à revelia das promessas eleitorais desfraldadas, uma política de grave alargamento do desemprego (que para o fim do ano parece já estimado em meio milhão de habitantes) e, simultaneamente, de diminuição do consumo e da produção.

*FF*  
*O consumo é a nova arma do desenvolvimento. Quem não o percebeu perdeu o combão.*

4. E, se é verdade que são necessários reajustamentos estruturais na nossa economia, e a adopção de soluções de reequilíbrio imediato, eles passam, sobretudo, pela visibilidade de um modelo de desenvolvimento que aponte para a satisfação das necessidades básicas, de modo integrado, e com o objectivo de diminuir e diversificar a nossa dependência externa.

Torna-se, assim, urgente uma política alimentar que possa contribuir para o desenvolvimento do sector agro-pecuário e da melhoria

da qualidade de vida dos portugueses, reconhecendo o valor social da propriedade agrícola (independentemente da sua dimensão) e recriando mecanismos de intercâmbio em que esse valor social se possa traduzir em valor económico. A protecção da relação produtor-consumidor e a viabilização de condições civilizacionais de repovoamento e fixação no interior, tal como a criação de indústrias de transformação agrícola, devem ser erigidas em metas de um plano integrado de desenvolvimento.

*a reorganização da economia a nível local/regional*

X A política de crédito deverá, neste caso, servir uma planificação produtiva por regiões, favorecendo o desenvolvimento do sector empresarial do estado e as cooperativas, e estabelecendo regras incentivadoras para proprietários e trabalhadores rurais.

A política industrial deverá ser programada de modo a contribuir, por sua vez, para a correcção das assimetrias regionais, propondo-se uma estratégia de alteração dos polos de especialização e do grau de dependência externa e recriando um novo modelo que se potencie no espaço externo a partir das soluções de resposta às necessidades do consumo nacional.

A revalorização do pequeno empresário e da pequena empresa deverá fortalecer-se com uma necessidade do seu intercâmbio e articulação, quer para responder às especificidades locais quer a mercados externos não tradicionais susceptíveis de se nos abrirem.

É ainda necessário, neste domínio, dado o seu peso político e ideológico, resolver de forma clara a dicotomia entre empresas públicas e empresas privadas, articulando-as num processo de inter-dependência produtiva e de rendibilidade. A este propósito é importante frisar que as empresas públicas nunca se socializaram e, por isso, nunca tiveram um processo de transparência na sua gestão administrativa e dos fundos face aos seus accionistas, que é suposto serem todos os cidadãos portugueses.

Neste domínio há um grande esforço de inovação a ser realizado com vista a simplificar e desburocratizar a gestão dos grandes equipamentos e funções colectivas, remodelando os serviços de forma a obter-se um processo socialmente equilibrado de auto-financiamento e não à custa do agravamento dos impostos e do nível de vida dos cidadãos.

Se uma política industrial se não compadece com a aposta em empreendimentos gigantescos e vultuosos, hoje ultrapassados, igualmente se tem que recusar uma política de desindustrialização a todo o preço, sem se atender à reconversão possível e produtiva do existente, e, alimentando uma vaga crença num país dominantemente de serviços, então, na quase absoluta dependência da clientela externa.

No âmbito da política industrial torna-se, ainda, premente a definição dos objectivos da política energética, intimamente relacionados com a do aproveitamento dos recursos hídricos, carboríferos e de outras formas de energia renovável. Não há ainda conhecimento da legislação que dará promulgação ao plano energético nacional, onde avulta o risco do nuclear, mas adivinham-se algumas orienta-

ções pela política parcial de certos sectores. E o aumento do preço dos combustíveis, e da energia eléctrica sugerem tentativas de diminuição nos níveis de consumo destas duas espécies de agentes energéticos, que se irão refletir na produtividade agrícola e industrial e agravarão familiar da generalidade dos portugueses.

Quanto à política financeira e de impostos poderá dizer-se que desde 1976 as empresas bancárias tem sofrido restrições à concessão de crédito, seu principal meio de obtenção de receitas, o que a juntar-se ao pagamento dos juros dos depósitos, ao não pagamento das dívidas por parte do estado e ao crédito "perdido", acentua a sua crescente descapitalização e ineficácia interventiva. A fuga ao fisco que é desde 1981 da ordem dos 160 milhões de contos, tem, também, encontrado recentemente, nos conhecidos mecanismos da sobre e sub facturação, mais uma "cobertura" impune na teia dos vários compromissos e das várias corrupções.

- só as bancas?  
só as evasas?  
fiscal?
- FF
5. Mas a incapacidade política do Governo em gerir uma mudança em profundidade na nossa vida colectiva - ao nível económico e social, de reformulação cultural, no alargamento da participação política, na moralização e racionalização da administração pública e na igualização de oportunidades entre os indivíduos e as comunidades locais - vem favorecendo uma progressiva descrença nos méritos e virtualidades do regime democrático.

O sucessivo afunilamento das delegações de representatividade, e o contínuo alheamento dos cidadãos das decisões colectivas, modelam uma passividade resignada, e amesquinçada, em que a vontade geral está cada vez mais distante do sentir real dos cidadãos.

- x Num Estado centralizado e gigante, absorventemente estruturante da sociedade civil, confirmado por década de ditadura, as formulas e os mecanismos da democracia representativa, inscritos na Constituição da República, têm-se vindo a institucionalizar não como meios necessários de organização da vontade de base (a que em última análise no plano ético e político se reportam) mas como solução de devolução temporariamente definitiva de uma legitimidade que automaticamente se administra, à revelia da democracia substancial.

O sistema político português começa, assim, a revelar preocupantes distorções de exercício, a afirmar-se pela governamentalização do Estado (forma larves de concentração política de poderes) em que este galopantemente se partidocrática. Na confirmação deste cenário tem particular relevo a adopção de um sistema eleitoral que reduz, no essencial, a intervenção política central exclusivamente para os partidos, o que no quadro partidário institucionalizado se tem traduzido, muitas vezes, numa lógica burocrática devedora, e só, de fidelidades pessoais estreitas.

A Assembleia Parlamentar tem, por isso, resvalado para uma simples camara de eco do Executivo, perdida na sua especificidade fiscalizadora e onde mal se afirma a individualidade, ou as individualidades éticas que a deveriam constituir.



Os meios de comunicação social do estado também começam a revelar uma preocupante dependência e bloqueamento face ao Governo, envolvidos por um clima e acções onde o espectro do desemprego e da hierarquia procuram cobrir a autonomia da função informativa.

- x As próprias válvulas de segurança institucionais do Sistema democrático (Tribunal Constitucional, Provedor de Justiça, Conselho Superior de Defesa Nacional, Conselho Superior de Comunicação Social) têm-se organizado numa lógica de dependência governamental e partidocrata.
- x É a partilha da direcção do Estado entre o Presidente da República e o Governo continua a pautar-se, não por uma lógica de harmonização e interdependência, mas por um conflito larvado em que o Presidente da República tende a ser colocado num simples papel de segurança do sistema em tempo de crise e ruptura, e de seu espectador durante a sua evolução e desenvolvimento.

O próprio poder local voga numa relativa indefinição muito mais reduzido no geral, ou forçado a assumir-se, como máquina periférica do aparelho central a nível local, do que como agente da activação social das localidades e de revitalização da sociedade civil.

Os riscos da pauperização do regime democrático começam, então, a acentuar-se pelo esvaziamento das formulas democrático-representativas, cada vez mais distantes das aspirações de democracia participada inscrita na Constituição da República. E sendo o sistema democrático, por excelência, um sistema meritocrata em Portugal, pela ausência dos cidadãos da vida política, pelas distorções na selecção democrática, pelo autoritarismo prepotente, pela ausência de justiça democrática e social, no vazio de futuro e perspectivas, a democracia vem-se mediocrizando num clima de desesperança, vazio, resignação e... medo.

Mas o ordenamento político português ainda que conformado no plano orgânico não está definitivamente institucionalizado. A vida real da democracia e a dignidade das instituições não se pode compadecer com o vazio das formulas ou com as difusas identidades e representações ausentes de uma dinâmica de participação colectiva. A política não se podendo igualar a uma simples relação de forças, sem projecto, onde inelutavelmente o poder do mais forte se impõe, exige a busca de uma matriz programática precisa aferida pela constante vontade dos cidadãos.

A tensão entre o cidadão e o Estado

